



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

1

ATA Nº1 –Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 25 de fevereiro de 2022

No dia vinte e cinco de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no edifício do Multiusos, sito à Avenida Nuno Álvares Pereira, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1 – Expediente para conhecimento;

1.2 Tomada de posse da cidadã Joana Filipa Quintal Barroso, em substituição do membro da Assembleia Municipal, Maria Gorete Barroso Afonso, por motivo de incompatibilidade profissional;

1.3 – Intervenções.

2– Período da Ordem do Dia:

2.1 – Apreciação e votação da ata nº 4 da sessão ordinária do dia 20 de dezembro, do ano 2021;

2.2. Anulação do ato de eleição dos membros para a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Tâmega da Assembleia Municipal de Montalegre de 20/ 12/2021;

2.3. Eleição dos membros da Assembleia municipal de Montalegre para a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Tâmega;

2.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos nos anos económico de 2021 e 2022. / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março;

2.5. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2

2.6. Aprovação do Mapa de Fluxo de Caixa – Ano 2021;

2.7. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – primeira alteração modificativa ao Orçamento da Receita, primeira alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, primeira alteração modificativa ao Plano de Plurianual de Atividade e primeira alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos;

2.8. Isenção de Taxas Municipais para o ano 2022 – Proposta;

2.9. Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ 2021 – Para conhecimento;

2.10. Prorrogação do prazo para a concretização da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social – Decreto-Lei n.º 23/2022 de 14 de fevereiro – Proposta;

2.11. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a limpeza das bermas, valetas de diversas vias públicas, manutenção de rede primária e secundária, mosaicos de gestão de combustível;

2.12. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Sezelhe e Covelães, destinado à Equipa de Sapadores Florestais 04-118;

2.13. Pedido de cedência de uma viatura para dar apoio à Junta de Freguesia de Ferral;

2.14. Pedido de cedência de uma viatura para dar apoio à União das Freguesias de Vilar de Perdizes Meixide;

2.15. Pedido de cedência do Recinto Motor, sito na Rua do Teixeira em Sidrós, Ferral, pela Associação Amigos da Misarela pelo prazo de trinta anos;

2.16. AMAT – Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2022 – Para conhecimento;

2.17. CIMAT – Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022 – Para conhecimento;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

3

2.18. EHATB – Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2022 – Para conhecimento;

2.19. Contrato de Consórcio Externo Entre as Partes – Centro de Investigação de Montanha do Instituto Politécnico de Bragança – CIMO-IPB, ADRAT – Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega, AQUAVALOR – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água – Associação, CMB – Câmara Municipal de Boticas e CMM – Câmara Municipal de Montalegre.

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e seis membros, à exceção de Márcio Azevedo, Nuno Pires, Ana Maria Martins, António Eduardo Santos e Nuno Pereira.

Justificaram as faltas à sessão anterior os membros municipais Ana Maria Martins e Aníbal Ferreira.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves e do Senhor Vice-Presidente da Câmara, David Varela Teixeira, estiveram presentes os Vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Ana Isabel Dias, José Moura Rodrigues e José Fernando Pereira Capela.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1 – Expediente para conhecimento;

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

1.2. Tomada de posse da cidadã Joana Filipa Quintal Barroso, em substituição do membro da Assembleia Municipal, Maria Gorete Barroso Afonso, por motivo de incompatibilidade profissional;

A Assembleia considerou instalada o membro Joana Filipa Quintal Barroso.

1.3 – Intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4

Inscreeveram-se para usar da palavra o Presidente da Assembleia Fernando Rodrigues e os membros da Assembleia José João Carvalho de Moura, Acácio Gonçalves, Fátima Crespo, José Ricardo Branco, Sílvia Carneiro, Lúcia Araújo Jorge, Manuel Carrelo, João Carlos Rodrigues, Sandra Gonçalves, Ana Paula Adão, Alberto Martins Fernandes, Francisca Martins e Catarina Gonçalves.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal entregou o seguinte documento à Mesa: “Reunimos hoje no início de uma tragédia para a Europa. Hoje é dia de muita tristeza pelas loucuras da guerra que estamos a ver à nossa porta.

Que haja muita coragem e muita força para ajudarmos quem precisa.

Que este momento, em que enfrentamos tantos problemas e em que muitos vivem dramas e perdem vidas, sirva para darmos mais valor à democracia, à liberdade e à paz. Assinado, O Presidente da Assembleia Municipal Fernando Rodrigues.”

O membro José João Carvalho de Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caro público, gostaria de falar sobre as últimas eleições legislativas, a campanha eleitoral e a política do zigue- zague do Sr. Presidente de Câmara de Montalegre.

No passado dia 30 de janeiro tivemos as eleições legislativas com uma vitória clara e absoluta do PS. Desejamos principalmente ao futuro governo um olhar mais incisivo e cuidado para o interior do país e principalmente para Barroso, que tem estado esquecido ao longo do tempo. A nossa análise política remete-se ao modo como os Montalegrenses se manifestaram nestas eleições. Começo por referir com agrado a diminuição da abstenção, que ainda elevada, é verdade, há uma diminuição de quase 4 pontos percentuais comparativamente às últimas eleições legislativas. O PS ganhou com mais 371 votos que o PSD, o que denota que o PSD em Montalegre está em crescendo, pois teve mais 400 votos do que em 2019 e o PS já não detém a maioria absoluta se efetuarmos o somatório de todas as forças políticas votadas. Para quem vaticinava ainda há pouco tempo atrás que o PSD iria ser remetido para a casa do milhar de votos, denota falta de sensibilidade política e vislumbra-se uma diminuição clara entre as duas forças políticas, prova de que o estatuto da oposição criticado está forte e é reconhecido pelos Montalegrenses e a postura do PS de Montalegre e dos seus representantes autárquicos deve ser reconsiderada, sob pena de os papéis no futuro próximo serem invertidos.

Fizemos uma campanha altruísta e informativa, de forma a de um modo cívico e educado, mostrar que havia alternativa ao PS e à sua política despesista, respeitando as normas da DGS, em pequenos grupos, cumprindo com as distâncias de segurança e o uso de máscara, pois sabíamos de antemão que a nossa população residente é obviamente maior de idade.

Entretanto acabou uma Pandemia e começou outra. A seca que assola Portugal continental.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

5

Não queremos imputar a falta de pluviosidade ao PS, no entanto, denota-se aqui falta de coerência e boa gestão dos recursos naturais.

Por um lado temos um governo central que estava mais interessado em negociar o orçamento de estado com os parceiros da geringonça e descurava o caudal das hidroelétricas, não seguindo o exemplo do governo espanhol em proibir as descargas das mesmas de forma preventiva nos meses de Verão, quando os preços da energia atingiam preços recordes e só agora, por força da preocupação das populações, dos agricultores, da comunicação social e associações ambientalistas proibiu as descargas de algumas, uma delas a do Alto Rabagão. Temos um ministério do Ambiente que está mais preocupado em esburacar o país e a destruir o Ambiente, com negociatas de concessões de minas a céu aberto sem EIA, com a aprovação de novos decretos de lei de modo a facilitar o processo às empresas mineiras, bem como na opereta do hidrogénio verde, isto tudo sob o lema da transição energética. Não podemos defender o ambiente, destruindo o ambiente a qualquer custo. Aquele Ministério deveria renomear-se e chamar-se Ministério das minas e destruição ambiental.

E por outro lado, aqui em Montalegre o Sr. Presidente da câmara não lhe ficou atrás. Após o negócio ruinoso das águas da Barragem e com a indemnização das Águas do Norte em 2 milhões e 500 mil euros, por água que nunca consumimos, com o resultado no aumento da fatura da água bem como das taxas de recolha de resíduos, lixo e saneamento, associadas ao consumo de água, o Sr. presidente não acautelou um plano B nesta matéria. E água é vida sr. Presidente, e devemos zelar por ela de forma a que a população, bem como os animais e o sector agrícola não sofra com a sua falta. E com minas que apresentam no seu EIA consumos de água diários iguais aos consumos mensais do mês de agosto na vila de Montalegre, teremos o futuro comprometido.

Denota-se aqui uma bipolaridade preocupante. Por um lado, o Sr. presidente vangloria-se de a água no concelho ter recebido selo de qualidade e por outro lado põe em causa a qualidade da mesma ao permitir o escoamento das águas dos montes num Rio Cávado poluído.

Bipolaridade evidente quando em plena campanha eleitoral autárquica afirmava que estava do lado do povo, ao mesmo tempo que negociava e apresentava uma candidatura com o seu parceiro a LUSORECURSOS aos fundos da Bazuca para financiar a exploração mineira no nosso concelho, à revelia dos compromissos assumidos na campanha eleitoral e do conhecimento do povo de Montalegre, que demonstra que já não resta um pingão de dignidade ao executivo do PS, ao mencionar na "carta de intenção" que é passo a citar "temos o prazer de escrever esta carta de apoio ao projeto" e que o Município "pretende colaborar como copromotor". Já ninguém tem dúvidas Sr. Presidente da sua opinião e enviar agora para a Faculdade do Porto a 4ª versão do EIA apresentado fora de horas deste projeto para posteriormente tomar uma decisão, não convence ninguém.

Só esta bipolaridade justifica a obsessão pelo lítio por parte dos dirigentes socialistas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

6

A história dar-nos-á razão, proferiu o Sr. Primeiro Ministro, e aqui em Montalegre a história está a dar razão ao PSD, aquando da submissão das varias moções acerca da exploração mineira, defendermos uma prévia Avaliação Ambiental Estratégica, que curiosamente foi efetuada e dada a conhecer agora pela DGEG onde afortunadamente, no caso da área denominada «Arga», verifica-se que, perante a sua expectável classificação como Área Protegida, mais de metade da superfície é considerada interdita ou a evitar. Ou seja, se seguíssemos os exemplos dos nossos vizinhos do Alto Minho, em que a união das pessoas, associações, autarcas, as diferentes forças partidárias e a própria CIM num objetivo comum, teríamos eliminado o flagelo mineiro do concelho de Montalegre. E enquanto o PS e o Sr. Presidente não tiverem coragem de o fazer, isso não acontecerá.

Sr. Presidente para se ser um bom líder é necessário ter 3 qualidades em simultâneo: coragem, seriedade e competência.

Pois bem, a falta de coragem é mais que evidente neste processo; a competência está a vista com pontes sem estradas, piscinas sem água, pista de automóveis obsoleta e sorve-doura do orçamento municipal, obras sobrevalorizadas e com qualidade dúbia, e a seriedade anda pelas ruas da amargura.

Não fomos nós que o constituímos arguido Sr. Presidente, não estamos aqui a julgá-lo, se é ou não culpado dos factos de que está indiciado pela justiça. Não somos nós que o faremos, são os tribunais. Como tem sido dito pelos políticos, à justiça o que é da justiça, à política o que é da política. Estamos sim, a julgar o senhor presidente da Câmara politicamente.

O que pretendemos é fazer um julgamento político da sua gestão camarária pois o concelho de Montalegre exige e precisa de um presidente da Câmara para todos os Montalegrenses e que dê primazia ao interesse público em detrimento dos interesses pessoais, de facção ou grupo, conforme se verifica.

Sabe, Sr. Presidente, entre muitas críticas que lhe fiz e faço politicamente, há uma que o acompanha nestes anos de governação, é que o Sr. Presidente teve sempre o hábito de gerir a causa pública como se fosse sua, como se fosse pessoal. E esse princípio é errado sob um ponto de vista democrático, é errado sob um ponto de vista da transparência e idoneidade. E na verdade esta situação tem-se mantido. Espero que finalmente perceba, já um pouco tardiamente, tem legitimidade para governar, tem sim senhor, ganhou as eleições, mas não tem legitimidade para governar de uma forma pessoal, de um modo medieval de vassalagem e peditório, uma espécie de autocracia da relação com o poder em termos municipais.

O PS é hábil e não tem convicções, mas conveniências: o império da tática e poder. E usa a velha máxima futebolística: o ataque é a melhor defesa. E atacam sistematicamente por comunicados, nas redes sociais, verbalmente e pelos vistos agora também fisicamente, com contra-informação e a levantar dúvidas e supostas irregularidades dos adversários políticos de forma a desviarem a atenção para os reais e verdadeiros problemas e a ficarem incólumes de qualquer suspeição ou atos irregulares, afastando sistematicamente a adoção de medidas estruturais adequadas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

7

para preparar o concelho para os embates de grande monta que inevitavelmente o futuro próximo nos trará.

O PSD, Sr. presidente e Srs. deputados, não se revê nesta conduta anti-democrática. Estamos na política com elevação e respeito, de forma a cumprir com os princípios da revolução de abril, consagrados na constituição da república portuguesa de 25 de abril de 1976, marcada por forte orientação socialista, e que são: liberdade, justiça, fraternidade, democracia, participação cívica e o Direito de expressão por qualquer meio. E este direito fundamental foi violado e censurado por si Sr. Presidente, quando mandou arrancar os cartazes de uma associação na manhã de sábado 22 de janeiro, o que revela prepotência, falta de ética, falta de formação democrática e que merece a nossa censura. Mais um exemplo da bipolaridade do PS. Defensores de Abril por um lado e os principais objetores da liberdade democrática por outro. Precisamos de clareza política Sr. Presidente, nos seus pressupostos, nos seus programas e nas suas medidas de modo a tirar o concelho do marasmo em que caiu nos últimos anos.

Quando dizem que os jovens não querem saber da política, a prova de que isso não é verdade é o assento nesta assembleia por parte dos deputados eleitos pela coligação Todos por Barroso. Uns, menos jovens de idade, mas jovens de espírito, com provas dadas de idoneidade e defesa das suas convicções políticas. Bem-vindos Paula, Alívio, Cascais e Zé Acácio. Outros, que puseram em primeiro lugar a comunidade em detrimento da própria pessoa e que defendem incomensuravelmente os seus ideais, convicções e a sua terra natal acima de tudo. Bem-vindo Carrelo. E os mais jovens, de idade, pois a coligação Todos por Barroso entendeu que devia ser instituída rotatividade nos cargos públicos e políticos de forma a apresentar novas ideias e ideais, demonstrando assim que não há uma obsessão pelos lugares com assento político e por isso enveredamos pelo convite à JSD, a estarem presentes neste projeto em que acreditamos, pois eles devem estar integrados na vida política corrente, ao lado dos "mais crescidos". Acaba por ser assim um novo olhar idealista, com uma ponta de sonho, que ainda não se encontra cansado nem desacreditado, com um olho para a mudança e assim, através deles, estamos a viajar numa máquina do tempo para o futuro da conjuntura política dos anos que se avizinham. Por isso, sejam bem-vindos Diana, Francisca, Sílvia e Ricardo. Por fim queria deixar aqui algumas perguntas que gostaria que o Sr. Presidente respondesse:

1) Compromete-se aqui nesta assembleia de garantir água a todos os munícipes sem cortes, mesmo nos meses de Verão e não haver aumento do tarifário, conforme já aconteceu em alguns municípios do país? A qualidade da água vai ser controlada e tornada pública atempadamente para os munícipes, pois no sítio da câmara apenas vêm os resultados da qualidade da água na torneira do consumidor até ao 2.º trimestre de 2021?

2) Que diligências o executivo municipal efetuou perante o governo regional galego e com os seus alcaides congéneres de forma a mitigar o parque eólico de San Martino



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

8

bem como a linha de alta tensão de evacuação elétrica, que afetaria a aldeia de Sendim e todo o desporto de aventura, radical e turístico da Serra do Larouco, reconhecida internacionalmente e que arrasta milhares de pessoas a Montalegre?

3) Que medidas o executivo municipal efetuou sobre o ato vergonhoso de caça desportiva ocorrido em Pitões das Júnias com o abate de uma espécie protegida em pleno Parque Nacional? Nós defendemos que as medidas adotadas ou a adotar devem ser contundentes, de modo a limpar o bom nome de Montalegre e principalmente de Pitões das Júnias, com o reforço da vigilância através das brigadas territoriais, bem como articular com o ICNF, o Parque, a GNR e a Guardia Civil, uma estratégia para acabar de vez com estes atos vexantes para Montalegre. Assinado, o membro municipal José João Moura.”

O membro Acácio Gonçalves disse que se associa às declarações apresentadas pelos outros grupos parlamentares quanto ao golpe comunista da Rússia. O Partido Comunista devia ter vergonha em apoiar o sangue que corre nas mãos de Putim. As fronteiras têm que ser respeitadas. Deixou um voto de pesar pelas vítimas que já partiram.

Falou do Ecomuseu e dos seus funcionários e perguntou em que condições passaram para a Câmara. Fazem parecer que é uma atitude normal, mas de normal não tem nada e os seus dirigentes extravasam-se em comentários indevidos. O Ecomuseu continua a ter um Presidente e será que também recebe três mil euros de vencimento, pergunta.

Falou sobre o BUPI e disse que atrapalha o povo de Barroso e pode ter consequências muito nefastas pois o Estado pode apropriar-se das terras que não tem registo. O povo tem que ser devidamente esclarecido e ajudado. Não podemos deixar os terrenos ao Deus dará. Uma terra onde o património agrícola foi considerado mundial, as terras barrosãs não foram protegidas.

O Centro de Formação da Aldeia Nova foi um local muito importante onde se deu formação, se utilizou a mais alta tecnologia e o projeto SIPAM a ser desenvolvido naquele espaço, não avança. O Executivo chama Ministros e Secretários de Estado, mas não convidam a assembleia para estar presente e para fazer o seu trabalho.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara como é que uma terra que é Património Agrícola Mundial não foi defendida no que diz respeito à exploração de lítio. O projeto do centro SIPAM arrasta-se há mais de seis anos. É um lugar muito bonito e que foi abandonado, roubado e desprezado. O Centro Agrícola do Barroso era um centro muito importante para a agricultura, onde se deu formação e se teve os melhores equipamentos informáticos. Agora é substituído pelo SIPAM, mas nada se vê. Pensa que é um projeto que vai ficar para as calendas. É uma falta de respeito para com o povo. Chamam-se Ministros, Secretários de Estado e só não convidam a oposição e os membros da assembleia. Deve pesar na consciência ao Presidente da Câmara a forma como maltrata toda a oposição.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

9

O membro Fátima Crespo disse que, ao contrário da oposição, o PS tem todas as razões e mais algumas para se sentir alegre e feliz: venceu as eleições autárquicas, venceu as eleições legislativas, organizou a Feira do Fumeiro que foi um sucesso. Os Barrosões agradecem.

Elogiou o executivo da União de Freguesias de Vilar de Perdizes e Meixide. São merecedores do elogio pois estão a trabalhar com empenho, com dedicação, com amor à freguesia, pondo em primeiro lugar as pessoas e a terra. Pede que não percam a motivação e que as pessoas continuem a ser a prioridade. Vilar de Perdizes só tem a ganhar.

O membro José Ricardo Branco entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exmos. Senhor Presidente da Camara e demais Vereadores e Senhores Deputados Municipais, os meus cumprimentos.

Começo por expressar a nossa indignação perante a brutalidade e estupidez da Guerra na Ucrânia. Era suposto de depois da Perestroika, da abertura aos princípios democráticos que proveu Mikail Gorbachov, o totalitarismo estalinista tivesse acabado. Putin é um ditador abominável. Estamos solidários com o povo Ucrainiano. Nunca cansa repetir que ser jovem em Montalegre não é fácil. Não só pelo acentuado despovoamento, pela falta de dinamismo social, mas também pela falta de investimento público. Investimento que, como já referi na anterior Assembleia, deve ser feito para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, gerar progresso, melhorar a qualidade de vida dos povos, e criar emprego, e deste modo, atrair e fixar os jovens na sua terra.

E não se pode resumir a eventos esporádicos, que embora deem nome à terra, e melhorem efetivamente a marca do nosso concelho, não comportam riqueza nem beneficiam os jovens e as pessoas aqui residentes a longo prazo.

Para dar um exemplo, falo nos Investimentos na cultura, no desporto e no turismo: turismo, que apesar da beleza das paisagens, da excelência da gastronomia e das tradições, da cultura específica, que enriquecem a nossa Região, o seu aproveitamento é muito escasso e não há um plano estruturado para o desenvolvimento turístico no concelho. O investimento que se faz é de impulso e energias de privados, que amam a sua terra.

Há alguns sinais de promoção, mas são insipientes, dispersos, sem estruturação. A falta de uma estrutura hoteleira na vila de Montalegre é um sinal claro de retrocesso na atividade turística do concelho. Os turistas só podem vir a Montalegre de passagem... pois não têm onde pernoitar.

A nível desportivo, temos bons atletas que vão despontando na nossa terra, sinal de que devemos promover o desporto, para que os jovens se sintam motivados a crescer aqui.

Mas o desporto não se deve esgotar no futebol e futsal. Temos condições para implantar outro tipo de desportos na nossa terra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

10

O padel e o ténis, por exemplo. Há gente de Montalegre que vai a Chaves jogar. Se em Montalegre houvesse estruturas para a prática desses desportos, alguns turistas também a usariam nas suas estadias. Seria mais um atrativo. Há condições, há espaços inutilizados que poderiam facilmente ser adaptados para criar esse tipo de condições. O investimento é de custos reduzidos. São desportos que estimulam uma vida saudável, praticados ao ar livre.

Na cultura temos tido bons sinais, como por exemplo, as atividades promovidas pela Biblioteca Municipal ao longo dos tempos, e a realização de alguns espetáculos culturais.

A cultura faz falta, sobretudo às populações do interior, onde a oferta é escassa.

O investimento é necessário e deve ter utilidade pública.

E por falar em desporto, e tendo em conta o que referi na minha intervenção na anterior Assembleia, a necessidade de implementar aulas de natação é urgente e relevante. É um investimento prioritário para as nossas gentes, ao invés de outros projetos, sem qualquer interesse público. Como se encontra a requalificação das piscinas, senhor Presidente?

Há outro assunto, não menos importante, que gostava de trazer a esta assembleia. Como morador na vila de Montalegre, todos os dias me deparo com muitos cães vadios, que vagueiam pelas ruas, por vezes em matilha. À noite o ruído é imenso e perturbador do descanso das pessoas.

Certo e sabido que a Câmara não tem culpa do aparecimento dos animais, mas tem culpa em não resolver o problema. São cada vez mais! Gostava de saber o que está ou vai ser feito para resolver esta situação! E também em que ponto se encontra o Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (ou como mais comumente apelidado - canil), previsto no programa eleitoral apresentado pelo PS na última campanha autárquica.

Por fim, apelo mais uma vez para que haja investimento a pensar nos jovens. Não é apenas um "lugar-comum", é uma evidência: os jovens são o futuro desta terra. Pode ser feito mais e melhor, no sentido de inverter o rumo do despovoamento que tem marcado os últimos tempos no concelho.

E deixo esta questão: a forma como está a ser investido dinheiro no nosso concelho será a mais correta para beneficiar os jovens e melhorar a qualidade de vida das nossas gentes? Serão as minas solução para manter os jovens na terra? É esse o caminho correto criar riqueza, para trazer e fixar gente em Montalegre?

Esta terra é um legado dos nossos antepassados, que a preservaram, com muito sacrifício. Todos devemos saber cuidá-la e impedir que a destruam ou descaracterizem. Olhem o mundo! Viver em Barroso, nos novos tempos, é um privilégio. Saúde e paz para todos! Assinado, o membro municipal José Ricardo Branco."

A membro Sílvia Carneiro entregou o seguinte documento à Mesa: "Caríssimos Presidente da Assembleia e da Câmara, Caríssimos Vereadores e Deputados,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

11

Caríssimo Público: O mundo está em mudança abrupta, com feridas abertas em múltiplas partes do seu corpo. Os sons da guerra ecoam no silêncio dos inocentes, enquanto nações desenvolvidas recusam a paz que lhes é oferecida. Um conflito que ganhou forma no ego dos seus líderes, abrindo palco para aquela que é a era mais negra da História contemporânea desde o final da Guerra Fria e, por isso, tenho de deixar aqui a minha solidariedade para o com o povo ucraniano.

As mesmas sirenes que anunciam a guerra, alertam o mundo para o papel protagonista que a diplomacia deve ter como o mais forte escudo em favor da paz e da vida dos nossos povos. Uma lição que, se me permitem a observação, gostaria de ver transposta para estas assembleias, com sensatez, ética e respeito pelo outro, deixando de lado guerras pessoais.

A juventude, diz o poeta, é a janela pela qual o futuro entra no mundo. Desde o meu Paraíso Entre as Serras, como gosto de apelidar a minha querida aldeia, confesso-vos que a vista para o futuro é de um manto negro resultante da vaga de incêndios que têm assolado o concelho e o castanho das rochas que a diminuição das águas nas Barragens deixou salientar. Neste cenário preocupante, não posso, antes de mais, deixar de dirigir a minha palavra de gratidão e louvor aos nossos Bombeiros, aqui representados na pessoa dos seus comandantes, cujos esforços têm sido incansáveis no combate à destruição maciça do nosso Património paisagístico. A eles, o meu muito obrigada!

Infelizmente, o grosso destes incêndios são resultado, como sabemos, de fogo-posto por parte dos filhos da terra. A intensidade e o histórico destes incêndios colocam os holofotes na urgência de agir. São muitos os esforços que a Câmara Municipal, em colaboração com o INF, a CIM, o CNAF, os sapadores e os bombeiros têm levado a cabo, nomeadamente as ações de Fogo Técnico, a Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível ou as Áreas Estratégicas de Mosaicos. Mas é preciso mais, francamente mais, nomeadamente ao nível da fiscalização, da sensibilização, do apoio aos pastores na renovação das pastagens. Por isso, deixo aqui o meu sincero apelo para uma maior aposta da Câmara Municipal nesta que considero uma prioridade para o concelho, antes que o nosso paraíso fique reduzido a cinzas.

Se os incêndios têm destruído grande parte das pastagens, o que resta encontra-se no limite da sobrevivência à seca. No curto prazo, avista-se a necessidade de compra de alimentos, com preços altos, agravados pela inflação e pelo conflito Ucrânia-Rússia. Considerando que as atividades agro-pastoris constituem o pilar da economia local, é premente que a Câmara Municipal prepare um plano de apoio económico aos nossos agricultores para fazer face às consequências trágicas da seca, de mãos dadas com uma necessária campanha de redução do consumo de água no concelho, que sei que já estão a preparar. Neste sentido, gostaria de solicitar ao Sr. Presidente da Câmara quais as medidas que o executivo pretende adotar no apoio aos agricultores e pastores, bem como as ações concretas da sensibilização à redução do consumo de água que, até agora, se limitou a uma publicação nas redes sociais, mas que acredito que seja mais completa que isso. E porque criticar só por criticar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

12

não conduz ao progresso e é preciso dar o exemplo, começando por nós próprios, voluntario-me, desde já, para ajudar em tudo o que estiver ao meu alcance.

Mas como não só de males vive a História, quero falar-vos de cultura, um elemento basilar na nossa formação enquanto seres sociais. A democratização do acesso a cultura deve ser prioridade do Governo e acredito piamente que a Câmara Municipal pode – e deve- estar na linha da frente para que o interior não continue na sombra do litoral. Trazer a cultura até às pessoas, a todas, sem exceção. Criar hábitos, em todas as camadas sociais e idades, aproximar Montalegre do mundo através da cultura. Atrair o teatro, como o que decorre amanhã, a música, o cinema, a dança, a arte, alavancados também no talento imenso das gentes do concelho; ressuscitar os Festivais de Música Júnior e de Teatro, como consta do programa eleitoral do PS; continuar a apoiar as Escolas e Associações Culturais; continuar a atrair a indústria cinematográfica para o concelho. Tudo isto de mão dada com as iniciativas de voluntariado e cidadania como a Missão País 2022, organizada pela Diocese, que deve servir de exemplo para o potencial diversificado que uma obra de tamanho investimento quanto o Pavilhão Multiusos, tem, para além das escassas atividades culturais, que se contam pelos dedos, que aqui decorrem ao longo do ano. Neste sentido, solicitava também ao Sr. Presidente esclarecimentos relativamente à aposta que pretende fazer na cultura, inclusive se os Festivais estarão de regresso ainda este ano.

Por fim, resta-me parabenizar toda a organização da Feira do Fumeiro, cujos esforços foram incansáveis, pelo importante impulso que esta trouxe à economia local e pela iniciativa de promoção do Cozido Barrosão.

Um bem-haja e bom dia a todos. Assinado, a membro da Assembleia Municipal Sílvia Carneiro.”

A membro Lúcia Jorge disse que em nome pessoal está solidária com o povo ucraniano. Uma terceira Guerra Mundial em pleno século XXI é impensável. Faz das palavras do membro municipal Sílvia Carneiro as suas.

Falou sobre os incêndios do concelho de Montalegre, um concelho que atrai pessoas pelas suas paisagens e não percebe como é que as pessoas que aqui vivem e delas fazem o seu modo de vida a queimam. 700 hectares ardidos e mais de 90 ignições, não se admite. Há mais de vinte anos que luta pela conservação da paisagem e repudia o comportamento das pessoas.

Felicitou a Câmara Municipal pela criação das brigadas de sapadores florestais, pelo trabalho feito nas redes secundárias e reconhece que a rede primária está feita. A área ardida é muito grande e uma vergonha para todo o concelho.

Respondeu ao membro José João Moura dizendo que as gentes de Pitões das Júnias não se revêm na caça de troféu. Os atos são provocados por gentes de fora e foram denunciados. A Junta de Freguesia de Pitões faz um esforço enorme para conservar as paisagens e as espécies.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

13

O membro Manuel Carrelo entregou o seguinte documento à Mesa: "Sr. Presidente da edilidade Montalegrense, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores que constituem a mesa da assembleia municipal, senhoras e senhores deputados desta Assembleia, estimado público!

Gostaríamos de apontar medidas construtivas de desenvolvimento, do nosso concelho nesta intervenção, o que acontecerá noutras circunstâncias. Hoje importará dizer, que não haverá desenvolvimento se não vigiarmos, se descurmarmos ou não vivemos a democracia. Hoje em Montalegre vive-se sob o signo do espírito crítico de dois dos mais prestigiados pensadores da história da literatura lusófona, tal como Mia Couto e Soeiro Pereira Gomes. Do primeiro cito a narrativa *medo ... medo de perder o trabalho, os que trabalham, medo de não arranjar trabalho, os que não trabalham, medo da verdade e dos senhores do poder, têm medo... que o medo acabe...!*

Podem andara por aí muitas amizades, mas não se devem sacrificar a verdade no altar dos afetos! Senhoras e senhores falo nisto, porque há jovens no nosso concelho, que são incomodados, diariamente, nos seus trabalhos por não revelarem as suas posições políticas! Jovens entre os 20 e 30 anos à procura de outras zonas do país para trabalhar.

Não divulgamos nomes por respeito às pessoas em causa, mas cumpre-me trazer estes casos reais a esta prestigiada assembleia.

Em engrenagem de Soeira Pereira Gomes encontramos forças interessadas em submeter a consciência social a uma nova realidade de relações de produção.

A obra descreve a construção de uma grande fábrica numa aldeia rural, a azáfama da compra de propriedades agrícolas a toda a gente, prometendo-lhes boas condições de vida em troca. A fábrica explora-os até rebentar, e neste cenário vem, o desemprego, a miséria, a poluição, as doenças e a desabitação de trabalhar na agricultura!

Aqui está uma comparação feliz com a ameaça da construção de minas a céu aberto projetadas para a nossa região, contrariando o desenvolvimento do concelho que durante décadas tinha como estratégia, plasmada no plano diretor municipal de 1994, o desenvolvimento turístico, a pastorícia e os produtos daí derivados. Uma região hoje considerada como Património Agrícola Mundial e Reserva da Biosfera agora ameaçadas. A este propósito, com a possível diminuição da já diminuta população, com a perda de áreas consideráveis de baldios, conseqüente enfraquecimento da pastorícia e dos produtos dela derivados, com o afastamento de turistas, a pergunta torna-se inevitável: porque é que a Câmara Municipal nunca tentou saber ou encomendar um estudo do quanto se perder com áreas enormes de minas a céu aberto?

Sr. Presidente, ainda não estaremos na época do vale tudo. Se Deus, à semelhança de Sodoma e Gomorra, ainda não encontrou razões, para arrasar e destruir o ecossistema do paraíso barroso, porque terá que ser o Partido Socialista a fazê-lo?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

14

Com minas e com a vida democrática, condicionada pelo medo, não haverá desenvolvimento no nosso concelho. Assinado, o membro da Assembleia Municipal Manuel Carrelo.”

O membro João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: quero em primeiro lugar deixar uma referência positiva, que parecendo simples tem muita importância para o presente e para o futuro.

A literacia digital é hoje imprescindível e o Programa “Eu sou Digital”, iniciativa do Governo à qual a autarquia aderiu e que podemos chamar de MontalegreDigital é um meio essencial e gratuito que visa ajudar pessoas com mais de 45 anos a adquirirem competências na utilização da internet. Seja a usar email, ferramentas de comunicação ou redes sociais e mais importante, aprender a usar em segurança. Pioneiro no distrito de Vila Real, através da Biblioteca Municipal, contará com um centro fixo em Montalegre e um serviço móvel.

Pretende-se assim uma melhor adaptação às novas realidades, mas também combater o isolamento, a insegurança e estabelecer contactos funcionais com entidades mas também com familiares e amigos e reforçar os laços através da comunidade e da tecnologia.

O Município esteve à frente e agarrou esta oportunidade de formação digital para qualificar e ajudar as pessoas, e principalmente os mais carenciados e excluídos.

Assim temos cidadãos mais aptos, mais ativos e mais participativos.

Esta formação também é justiça social.

Mas o tema principal, nesta primeira sessão do ano e depois de um ato eleitoral, é deixar aqui algumas notas relativamente a essas eleições de 30 de janeiro.

No panorama nacional, contrariando todas as previsões, sondagens ou tracking poll o Partido Socialista obteve a maioria absoluta nestas legislativas antecipadas.

Por um lado, é o reconhecimento dos portugueses ao trabalho realizado pelo PS no governo e ao primeiro-ministro, que depois de 6 anos de governação é quem dá mais garantias de futuro para Portugal.

É o reconhecimento dos portugueses no partido socialista. No partido do povo, no partido dos mais desfavorecidos, no partido da classe média, no partido do Estado social, no partido do SNS tendencialmente gratuito, no partido da segurança social pública e solidária, mas também no partido europeísta, da transição digital e ambiental.

Mas é também o castigo daqueles que por tacticismo eleitoral fizeram cair o governo. Mesmo com o aviso da irresponsabilidade que essa decisão representava, deixaram o país surpreendido e consumaram a intenção sem se preocuparem com as pessoas, com a crise sanitária que vivíamos, com a realidade económica, com os compromissos internacionais e qualquer interrupção dos fluxos financeiros dos dinheiros da europa, pensando apenas na hipótese de algum ganho eleitoral mesmo que se caminhasse para a ingovernabilidade do país, chumbando o melhor orçamento dos últimos 6 anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

15

Por outro lado, é o reconhecimento dos portugueses da degradação da direita em Portugal. Da falta de clareza dos responsáveis do maior partido da oposição, da sua ambiguidade e do seu oportunismo. O PSD teve o pior resultado da história e o seu aliado simplesmente desapareceu do espectro da Assembleia da República.

Aconteceu no país, em Vila Real e em Montalegre. O PS tem, por isso, “ordem” para fazer.

Mas depois das eleições, com a evidência do desastre eleitoral, o PSD decidiu ainda prolongar o “folhetim” da irresponsabilidade e colocar mais problemas ao país. Depois de um acordo sobre imprecisões da lei, rasgou o compromisso e falhou à palavra. E mais do que isso, decidiu apresentar queixa sobre aquilo que anteriormente tinha acordado como bom e com isso, provocou a anulação de milhares de votos dos emigrantes e a obrigação da repetição do ato eleitoral no círculo da Europa, simplesmente por ter perdido nesse círculo. E o governo espera e a país espera...

Trata-se de um ato irresponsável, não de um qualquer partido, mas do PSD. Um insulto aos emigrantes e à democracia. Isto é a descredibilização da política, dos políticos e das instituições provocada por um partido que teve mau perder. Não respeitou o esforço dos emigrantes na maior participação eleitoral de sempre.

Os portugueses precisavam e esperavam outras coisas do PSD.

O sentimento anti emigrante do PSD de Montalegre, afinal também existe no PSD nacional. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

O membro Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. colegas deputados, caríssimo público presente.

Antes de mais, devo dar os parabéns mais uma vez a todos os produtores de fumeiro pelo trabalho desenvolvido, pela força, pela coragem, resiliência e acima de tudo pela qualidade com que pautaram a feira do fumeiro, tanto presencial como online. O mérito continua a ser todo dos produtores.

No último mandato, as minhas intervenções incidiram essencialmente nas condições inexistentes para os jovens, as obras mal executadas nas escolas, ou a falta delas. Em relação às obras na escola primária de Salto, adverti o executivo numa reunião na casa do Capitão em Salto, antes das obras terem início, que não contemplavam as alterações necessárias para colmatar as necessidades dos alunos e do pessoal docente, como podemos verificar, hoje e após mais de trezentos e cinquenta mil euros investidos, não há salas suficientes (e não por causa do covid), o município teve de colocar contentores para as crianças lecionarem, houve várias queixas dos encarregados de educação que inclusive foi notícia. As crianças da pré-escolar só têm uma casa de banho, com duas sanitas uma ao lado da outra sem divisória em que meninos e meninas a usam simultaneamente sem qualquer privacidade. Não existe casa de banho para o pessoal docente, as crianças não têm um recinto para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

16

atividades exteriores, entre outros problemas, o município terá agora que investir mais cerca de trezentos e cinquenta mil euros para remediar as falhas anteriores. Agora questiono, o município já teve a humildade de falar com quem usa as instalações, inclusive com as próprias crianças para saber quais as reais necessidades a colmatar? Já falou com a Associação de Pais do Baixo Barroso? Ou vai voltar a cometer o erro de fazer obras deficientes?

Outro ponto com o qual me tenho debatido nos últimos 17 anos, é a necessidade de uma creche no Baixo Barroso, cada vez que tocava neste assunto (foram quase todas as assembleias do último mandato) ouvi de tudo, não há crianças que justifique o investimento, quem os faz que os crie, "lá vem ela outra vez com a creche", mas dos fracos não reza a história e finalmente a junta de freguesia de Salto em conjunto com as freguesias do Baixo Barroso e a Associação Borda d'água decidiram avançar com este projeto. Espero que não fique apenas pelo projeto e caso não seja aprovado neste formato, tenham um plano B para a sua execução, pois os jovens não esperam e abalam para concelhos que lhes proporcionem as melhores condições para criar os seus filhos.

Por último, questiono os presentes como pode a bancada socialista condenar veementemente os incêndios e almejar as minas a céu aberto no concelho? Um ato de hipocrisia depois dessa mesma bancada chumbar por maioria várias propostas e uma moção apresentadas pela bancada do PSD para travar a destruição massiva de uma região classificada pela FAO.

Os deputados da bancada socialista deveriam estar mais preocupados em questionar o poder local que é o que executa e não a oposição que vem aqui fazer o seu trabalho. Os deputados da oposição estudam os documentos que lhes são fornecidos e com base nesses documentos escortinam e questionam. É compreensível que não façam o mesmo, pois são coniventes ao aprovarem sem questionar. Assinado, o membro da Assembleia Municipal Sandra Gonçalves."

O membro Ana Paula Adão entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmas. Senhoras, Exmos. Senhores, muito bom dia!

Começo por dizer que repudio a guerra, repudio os incêndios e repudio as minas no nosso concelho.

Sr. Presidente, na semana passada, houve um incidente no edifício da piscina municipal; dois alunos, ambos com autorização de saída, estiveram nas instalações da piscina, que se encontra ao abandono há já alguns anos e, um deles cortou-se num vidro. Foi necessário chamar a GNR e o INEM. Atendendo ao sucedido e ao estado de degradação e ao perigo que representa, peço ao Sr. Presidente que mande isolar o edifício de forma a interditar o acesso às instalações.

Outro assunto: exploração mineira

A Lusorecursos propõe entregar ao município de Montalegre 0,5% dos lucros obtidos com a exploração de lítio na Mina do Romano, atividade que, prevê, poderá criar mais de 700 postos de trabalho diretos e indiretos. O Sr. Presidente, em entrevista



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

17

à TVI, disse desconhecer a proposta da Lusorecursos e afirmou que solicitou uma análise científica e académica à Faculdade de Ciências do Porto e que a Câmara Municipal ainda não apresentou a tomada de decisão por não terem nenhuns documentos de suporte.

Sr. Presidente, se desconhecia o assunto, por que razão se recusou a fazer um pedido de alargamento do prazo para a consulta pública? Em Boticas, foi feito e concedido, dando mais tempo para as pessoas analisarem a questão.

A propósito da campanha: "Em Montalegre, vamos fechar a torneira à seca", com a qual eu concordo. O Sr. Presidente, sabia que vão ser utilizados 10 mil metros cúbicos por dia na exploração da mina do Romano? Sabia que vão canalizar toda a água das nascentes das aldeias da concessão para o complexo mineiro? O Sr. Presidente, também vai pedir à Lusorecursos para fechar a torneira à seca? Sem água, o que vai ser da população, da agricultura e da pecuária? E mesmo do turismo? Como vai incluir a exploração mineira no conceito de "Montalegre, uma ideia da Natureza"? Montalegre, Património Agrícola Mundial?

Relembro que a documentação para consulta se encontra disponível durante 30 dias úteis, de 14 de fevereiro a 25 de março, no Portal Participa (<http://participa.pt/>). Apelo a todos os presentes que façam a sua contestação e que mobilizem as pessoas para participarem na sessão de esclarecimento realizada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) no dia 2 de março, às 18h00, neste auditório.

Para terminar, vamos recordar o que o Sr. Presidente disse à SIC, a 15 de setembro de 2019, passo a citar:

«Mais importante de tudo é eu sentir que estou a ser útil às gentes da minha terra. E se as gentes da minha terra dizem que "Não!", eu estarei ao lado da minha gente, ao lado meu povo. Sobre as coisas boas que podem vir, eu não acredito nos 500 postos de trabalho nem nada que se pareça com isso.»

É caso para citar Bento da Cruz, o nosso ilustre e saudoso escritor: "Não me lixem a terra!" E agora, digo eu o que também muitos barrosões dizem: O Barroso NÃO quer minas! Assinado, o membro da Assembleia Municipal, Ana Paula Adão".

O membro Alberto Martins Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: "Bom dia, cumprimentos à Mesa e a todos os membros desta Assembleia.

O motivo que me aqui traz é o anúncio de uma boa nova!

As Juntas de Freguesia do Baixo Barroso e a Associação Borda d'Água, de Salto, da qual eu sou Presidente, decidiram apoiar e fazer uma candidatura ao PRR para construção de uma Creche e Berçário, em Salto, em terreno já adquirido pela Associação para o efeito.

A candidatura vai ser apresentada até dia 7 de março. E o Anteprojecto já foi aprovado, em reunião da CMM, dia 18 deste mês e tem capacidade para 42 crianças (já há projecto desde 2009, mas não havia era crianças) e o investimento ronda os 400 mil euros. Mais deixem-me que vos diga! A candidatura exige muita papelada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

18

Se vos disser que são mais que muitos os documentos a apresentar e estamos numa correria louca para ter tudo pronto.

Dizem-nos que tem que ter o projeto e os projetos de especialidade já todos aprovados e licenciados pela CMM! Pois, só nestes documentos (Projeto/Projetos de especialidade e empresa para fazer a candidatura) as verbas já rondam os quarenta mil euros!

Estamos com a pressa toda e só espero que antes do dia 7 tudo esteja resolvido.

Aproveito para felicitar a Dr.^a Catarina Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Salto que conseguiu mobilizar e reunir os presidentes da Junta do Baixo Barroso em torno desta causa. A maioria das Juntas assinaram um protocolo para a construção desta Creche.

A Câmara Municipal também nos está a prestar todo o apoio técnico necessário nesta fase que está a decorrer.

Todos desejamos que esta “casa” para as nossas crianças seja uma realidade muito breve.

A Associação Borda d´Água tudo fará para não desiludir quem nela tanto confiou (Juntas e Câmara)!

Depois de tratarmos dos nossos idosos, chegou a vez de olharmos para os recém-nascidos! E vão ficar uns ao lado dos outros! Assim esperamos. Assinado, o membro municipal Alberto Fernandes.”

O membro Francisca Martins entregou o seguinte documento à Mesa: “Olá bom dia a todos. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Deputados, Presidentes da Junta, caro público: começo por agradecer a todos aqueles que me elegeram para estar aqui hoje, e nos próximos quatro anos, por terem depositado em mim confiança. Estou aqui pela liberdade, pela equidade, pela democracia, mas, sobretudo pela nossa terra e pela nossa gente.

Gostaria de começar por felicitar, em particular, todos os jovens da nossa terra que se têm destacado pelo sucesso no desporto. A atleta Joana Dias, da freguesia de Salto, que conquistou duas medalhas de ouro sangrando-se campeã nacional de Taekwondo em duas categorias, pertencente ao Grupo Desportivo de Prado; o Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes que se tornou recentemente bicampeão distrital de futsal na categoria de iniciados; as atletas Salomé Fernandes e Margarida Mota que foram convocadas para a Seleção Distrital de Futebol Feminino sub-16. Salomé pertence ao Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes e Margarida Mota ao Grupo Desportivo de Boticas; Diogo Morais, atleta do Centro Desportivo e Cultural de Montalegre/Abelhas Azuis que foi convocado para estágio de preparação da Seleção Nacional de Futsal Masculino sub-17; Diogo Madeira, José Rita, Simão Costa do Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes e Cristiano Gonçalves, Fábio Esteves, Filipe Lopes, Leandro Gonçalves e Rodrigo Perdiz do Grupo Desportivo e Cultural de Salto que foram convocados para o primeiro estágio da Seleção Distrital Futsal Masculino



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

19

sub-15. Carina Luís, a barrosã natural de Torgueda, foi convocada, mais uma vez, para integrar os trabalhos da Seleção Nacional de Futsal de Sub-21. E tantos outros que não tenho oportunidade de aqui mencionar, mas que gostaria igualmente de felicitar.

Fiz questão de referir todos os nomes dos atletas que recentemente foram distinguidos no desporto e que fazem parte da nossa terra, a honram e vestem diariamente a camisola, promovendo as nossas terras e aquilo que nos é característico. De entre estes jovens atletas e os grupos desportivos, gostaria de destacar, em particular, o Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes, com o qual detenho uma maior proximidade.

Após a inauguração do Estádio Municipal da Lage, a 10 de setembro de 2017, o Grupo Desportivo tem vindo a crescer significativamente, em termos de atletas, equipas, bem como na sua classificação. Existem agora equipas associadas a todos os escalões etários, com 6 equipas oficiais a participar nas competições oficiais de futebol e futsal, e encontra-se inscrito no processo de certificação da Federação Portuguesa de Futebol para obter a certificação oficial do clube na próxima época desportiva. Esta certificação irá permitir que o GDVP suba de divisão na próxima época.

É importante salientar a importância do desporto para os jovens, a formação que é dada aos atletas diariamente através dos treinos, as viagens para os jogos, o tempo, o trabalho a resiliência que cada um coloca, mas também o mediatismo e a divulgação que as equipas e os atletas dão à nossa terra e aos nossos produtos. É importante apoiá-los e fornecer-lhe as ferramentas necessárias para que possam continuar a trabalhar e a honrar a nossa terra como tão bem têm sabido fazer. Não seria importante darmos a atenção merecida ao desporto? Quia são os critérios utilizados para a atribuição de verbas aos diferentes clubes? Será que estamos a colocar todos os ingredientes na balança?

Ainda também um pouco relacionado com o Desporto, gostaria de abordar um outro tema pertinente a nível da promoção e divulgação da nossa terra, o Caminho Português de Santiago.

2011 foi ano de Xacobeo, em que se realiza a grande peregrinação anual a Compostela para venerar o apóstolo Santiago, que ficou marcado pela inauguração de dois monumentos – um deles no são caetano, em Chaves; o outro em Vilar de Perdizes. Os objetivos desta inauguração passavam por reavivar o Caminho de Santiago, que outrora passava por Vilar de Perdizes, onde havia o Hospital – albergue dos peregrinos, que agora é conhecido por Paço de Vilar de Perdizes. Após a inauguração destes dois monumentos, gostaria de saber em que ponto está a reativação deste caminho, importante para o concelho e principalmente para a União de Freguesias de Vilar de Perdizes e Meixide, uma vez que o Município já aderiu à Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago?

Tal como o meu colega José João Carvalho de Moura já afirmou em setembro de 2019, “Montalegre não deve deixar assim de perder esta oportunidade de se agregar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

20

aos 8 concelhos que formam o caminho português do interior e aproveitar para reerguer o nosso caminho.”

Gostaria de aproveitar deixar uma palavra de apreço ao Padre Fontes, que celebrou na passada terça-feira, 22 de fevereiro, o seu octogésimo segundo aniversário. O Padre Fontes é grande embaixador de Montalegre, o grande embaixador de Vilar de Perdizes, e o grande embaixador de Barroso. Um bem haja a ele e ao seu percurso. Por fim, e sendo eu ainda jovem, gostaria de apelar à necessidade em ajudar a fixar mais jovens na nossa terra, a emergência de criar emprego e não nos obrigar a abandonar a nossa terra, as nossas famílias, os nossos amigos e sobretudo, as nossas origens. Assinado, o membro da Assembleia Municipal, Francisca Martins.”

O membro Catarina Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa; Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e demais pessoas aqui presentes. No âmbito daquilo que é a minha função na Comissão Municipal da defesa da Floresta contra incêndios, trago-vos também aqui a questão dos incêndios. Um problema de carácter ambiental, social e criminal!

Somos o segundo concelho do País com maior número de área ardida e com maior número de ignições...

No ano passado mais de metade da área ardida do distrito foi do nosso concelho! Só este ano e especificamente no mês de janeiro, contávamos já com 58 incêndios registados, 51 dos quais ocorridos em espaços florestais com a perda de carvalhos, pinheiros, ou seja, de árvores autóctones.

No meio de tudo isto, cuja atitude é louvável, o município tem vindo a apoiar todas as iniciativas do ICNF, dispondo-se a pagar as queimas e queimadas, disponibilizando os meios técnicos; tem vindo a apoiar a estrutura de redução de ignições, com a colocação de câmaras de vigilância; tem vindo a apoiar de forma exemplar, os sapadores florestais e as suas atividades de limpeza.

Resultado deste trabalho mútuo, o ICNF tem mais de 700 hectares feitos de prevenção, mas a simultaneidade das ocorrências (que, segundo o registo, chegam a ser mais de dez, aliada à questão das alterações climáticas que faz com que o fogo tenha comportamentos cada vez mais severos) torna impossível que o combate, sempre tão pronto e imediato, seja realmente eficaz.

De enaltecer a nobre missão dos nossos bombeiros e das suas corporações, contrapondo com a estupidez humana que se serve da floresta para fazer valer os seus anseios pessoais. Devemos ser todos agentes de sensibilização e sobretudo de fiscalização!

Finalmente, porque os desenvolvimentos assim o exigem, gostaria de agradecer aqui publicamente, a cooperação dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Venda Nova e Pondras, Reigoso, de Vila da Ponte, de Covelo do Gerês e de Ferral que, juntamente com a Junta de Freguesia de Salto, têm desenvolvido todos os esforços para que, através da Associação Borda d'Água, a apresentação de uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

21

candidatura para construção de um creche em Salto que sirva o Baixo Barroso seja realmente uma realidade.

O processo tem sido exigente e difícil, mas temos contado com o apoio do executivo municipal, em especial da Vereadora Fátima Fernandes, cuja dedicação ao projeto tem sido louvável e por isso aqui lhe agradeço publicamente.

Bem-haja a todos, é este espírito de união e cooperação que fará a verdadeira diferença no nosso concelho. Tenho dito. Assinado, o membro da Assembleia de Municipal Catarina Gonçalves.”

O Senhor Presidente da Câmara de forma muito genérica e sucinta o Senhor Presidente da Câmara procurou dar resposta a todas as considerações apresentadas pelos senhores deputados. Começou assim por dizer que valeu a pena alguém atravessar o oceano para descobrir em Barroso o que ninguém viu: a juventude de Montalegre amordaçada. Desafiou o senhor deputado a revelar quem é o castrador das liberdades individuais e a denunciar tão grave atentado aos Ministério Público.

Repetiu ainda que ninguém melhor que um regressado da Terra da Promissão, onde o sentido empresarial prevalece e os anseios de cada um são facilmente materializáveis para lançar mãos a iniciativas empresariais de que Montalegre tanto carece e que a inexistência de uma unidade hoteleira é soberano exemplo.

Louvou a postura proactiva dos que como as deputadas Catarina Gonçalves, Sílvia Carneiro e Francisca Martins fazem apelo à participação cívica, à sensatez, à ética, à unidade e espírito de cooperação em contraponto ao negacionismo mais uma vez evidenciado pelo membro municipal José Ricardo Branco que da vida cultural, económica e social do concelho tem uma visão envelhecida e manifestamente redutora.

Acerca do recrutamento de pessoal para os quadros do município teve oportunidade de esclarecer o Sr. deputado Acácio Gonçalves referindo que as regras são claras, são do domínio público e ninguém melhor que o sr. deputado as conhece.

Sobre o BUPI referiu tratar-se de uma excelente iniciativa desenvolvida pelo Governo e a que o Município aderiu e que tão importante vai ser na inventariação do cadastro da propriedade rústica.

Acerca da mineração que se prevê para o concelho teve oportunidade de dizer que o que se passa na Serra de Arga não é comparável com a nossa realidade. Isto é, mineração na Serra de Arga jamais seria possível avançar por integrar espaço consagrado pela União Europeia como Rede Natura e conseqüentemente de fortíssimas condicionantes.

Os projetos SIPAM e piscina municipal aguardam visto do Tribunal de Contas. Até que sejam emitidos, as obras não avançam.

Acerca dos incêndios que mais outra vez colocam Montalegre na liderança nacional de tão triste campeonato disse que o Município há muito fez chegar a quem de direito a visão que tem dos mesmos e das causas que os determinam.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

22

Referiu, inclusive, uma reunião levada a cabo na Câmara Municipal com a Direção Nacional do ICNF e a quem foram dadas a conhecer as sinistras motivações. Nomeadamente o negócio absolutamente irracional da compra de baldio a quilómetros da exploração pecuária e a obrigatoriedade de mantê-lo limpo. O ICNF percebeu a ideia. Mas depressa a esqueceu mal se instalou no conforto dos gabinetes da capital. Faça-se como em Espanha onde o pastoreio é proibido durante três anos nas áreas ardidas. Esta recomendação fizemos como contributo de quem conhece as causas e não se fica apenas pelo lamento das consequências. Relacionado com esta problemática mais referiu que o Município de Montalegre está no topo dos que a nível nacional mais apoios canalizam para os corpos de bombeiros de forma a municiá-los dos instrumentos e condições necessárias ao combate de tão grande pesadelo. Mais disse haver bons resultados na intervenção nas redes primária e secundária e deu a saber a existência de duas brigadas de sapadores tutelados pela CIMAT que atuam em rotatividade pelos municípios e que têm desenvolvido um trabalho notável.

A destruição da piscina é assunto gravíssimo. Envergonha a todos, muito particularmente àqueles que se deixam dominar pelo vírus da vandalização e a todos quantos na proximidade fazem vista grossa aos comportamentos desviantes dos que, estando em idade e em espaço de formação, deveriam estar sob apertada vigilância. Acerca da necessidade evidenciada de definição de políticas específicas para os jovens teve oportunidade de referir que ser jovem no século XXI, é prerrogativa que nenhuma outra geração teve vez alguma. E a geração mais qualificada de Portugal, beneficiária que pode ser dos apoios que as políticas públicas lhes destinam não têm porque queixar-se. Audácia ou até seguir as pisadas dos progenitores é o que a todos se exige. E a rua Direita, vazia de gente e de lojas que promovam os produtos locais e satisfaçam a procura que as dez mil visitas ao castelo nestes primeiros três meses do ano evidenciam, são oportunidades que só os jovens interessados na construção do seu percurso de vida poderão agarrar.

Acerca do lítio e da quase certeza de o termos à espreita disse que sendo um problema para tantos, é-o, sobretudo, para a incoerência e comportamento errático do PSD/Montalegre.

Lembrou a este propósito as considerações debitadas pelo Sr. deputado Acácio Gonçalves que, nesta Assembleia, e em nome da coligação *"A Força da Mudança"*, aconselhou o Presidente da Câmara a deixar-se de Nanterres e a meter pés para Lisboa por forma a que não fosse tudo pra Boticas dando até como exemplo a fábrica da Tesla."

É um facto que o assunto lítio é fraturante e afeta o interesse dos que podem ver comprometida a atividade agropecuária e os proveitos resultantes da perda do baldio associado à sua exploração. Na defesa do interesse destes estará o Município. Esse compromisso assumimos e honrá-lo-emos, como prometemos.

Sendo a política feita de coragem, competência e dignidade a esses princípios obedeceremos no dia a dia da governação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

23

Não nos atrelamos a manifestações e muito menos corremos atrás de ilusões ou de estratégias trabalhadas para ganhos políticos pessoais como em todo este processo tem feito o PSD que se atrela a tudo quanto possa causar alarme social.

Foi assim com o lítio, passou depois para o volfrâmio e agora centra-se num parque eólico que os galegos se preparam para levar a cabo no seu território. Tamanho desnorte não lembraria a ninguém!

O executivo municipal não faz piruetas à volta da mineração como o PSD e muito menos se presta a brincar com coisas sérias. Mantemo-nos fiéis ao que sempre dissemos: *“somos a favor de tudo quanto represente desenvolvimento, criação de riqueza, de postos de trabalho, de fixação e atração de pessoas ao território desde que tudo se faça no respeito dos valores ambientais, patrimoniais e paisagísticos que são a nossa imagem de marca.”*

Dissemo-lo desde o primeiro dia e deste registo jamais sairemos. E se a exploração mineira for a desgraça ou apocalipse que alguns agitadores por aí fazem constar fica a certeza de que alguém, vez alguma, em Portugal, consentirá tão grande tragédia. É por isso que, por mais que o líder da bancada do PSD, insista em adjetivar a política da forma como faz para em versão maniqueísta colocar rótulos depreciativos na conduta do Presidente da Câmara, não passa de despudorada apreciação, ataque pessoal envolto em falinhas mansas.

Devolve-lhe assim as considerações feitas acerca do que para ele, e bem, deve ser um bom político. Coragem, competência e seriedade tudo isso o presidente diz ter quanto baste para se sentir digno merecedor do exercício do cargo. A que acrescenta a coerência, a vontade de servir e a autoridade moral que diz ter em abundância que baste. E não põe de lado que as considerações malévolas feitas não resultem de um qualquer reflexo pavloviano saído de alguma mirada ao a um qualquer espelho lá de casa. Sim, sr. deputado a água é vida. Pena que só o veja agora e tenha sido um combatente feroz da adesão do Município às Águas do Norte e em tudo veja negócio. Aqui não há negócios. Clarificou-se um assunto a que estávamos há muito vinculados e fazia com que a empresa debitasse consumos mínimos que aguardam decisão do Tribunal. Que ao menos a seca severa em que estamos mergulhados lhe faça ver que o Cávado não mais consentiria que dali se retirassem 800.000 litros diários de água. E, já agora, assim se convença que mais uma vez o Presidente da Câmara esteve bem.

Nesta questão da água o Município teve visão e acautelou o futuro. Futuro que começou ontem quando os cientistas tocaram o sino a rebate dando-nos conta que a vida na Terra está ameaçada e milhares de espécies em vias de extinção.

Ora foi também a pensar no futuro que o Município avançou com soluções de poupança de água nos jardins públicos. O PSD mais uma vez esteve mal. E através do satélite da rede que comanda – Notícias de Montalegre – mobilizou a turba maldizente para quem os jardins têm de ser sorvedouro de água e espaços verdejantes, de erva tenra, onde os cães de refastelam e higienizam. Prever o futuro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

24

e alinhar soluções é o que se exige à política. E nunca correr atrás das correntes contestatórias que as redes sociais despoletam a toda a hora.

Referiu, por último, que, por mais que o líder da bancada do PSD queira dissociar-se das práticas deladoras que estiveram na origem de buscas e constituição de arguidos, não consegue e é melhor que o assuma. Sabem, inclusive, muito bem onde colher confirmação do que disse! E não queira fazer crer que tal procedimento foi casuístico porquanto resultou de tática ensaiada de conquista de poder. Não resultou como em outubro foi provado. A mensagem de que a política se faz de coragem e à volta de debate de ideias foi clara. E será o que o executivo municipal irá sempre fazer.

2– Período da Ordem do Dia:

2.1 – Apreciação e votação da ata nº 4ª da sessão ordinária do dia 20 de dezembro, do ano 2021;

A ata da sessão ordinária do dia 20 de dezembro de 2021 foi posta à consideração, tendo o membro Acácio Gonçalves feito alguns reparos.

Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.

O deputado Acácio Gonçalves fez o seguinte aditamento à ata: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre: os três eleitos do CDS/PP a essa Assembleia Municipal pela coligação “Todos por Barroso”, a seguir identificados, constituíram um Grupo Municipal com a seguinte direção: Acácio da Silva Gonçalves (Presidente); José Acácio Lopes Gonçalves (Vice-presidente) e Alívio Freitas Dias. Assinado, o grupo Parlamentar CDS/PP, Acácio Gonçalves.”

2.2. Anulação do ato de eleição dos membros para a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Tâmega da Assembleia Municipal de Montalegre de 20/ 12/2021;

O Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.3. Eleição dos membros da Assembleia Municipal de Montalegre para a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Tâmega;

Foi apresentada uma lista, denominada como “lista A”, pela bancada do Partido Socialista: “Proposta: a bancada do Partido Socialista propõe para fazerem parte da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

25

Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Tâmega os membros municipais João Carlos Moura Rodrigues, Hernâni Luís Pinheiro Carvalho, Maria de Fátima da Silva Crespo e Alberto Martins Fernandes. Suplente: Joana Quintal Barroso.”

Foi apresentada outra lista, denominada como “lista B”, pela bancada da Coligação Todos por Barroso-PPD/PSD, CDS-PP e Grupo de Cidadãos Independentes: “Proposta: Eu, José João Afonso Carvalho de Moura, venho em nome dos eleitos à Assembleia Municipal de Montalegre pela Coligação Todos por Barroso – PPD/PSD, CDS/PP e grupo de cidadãos independentes, propor a seguinte lista para membros da Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Tâmega: Acácio da Silva Gonçalves, José João Afonso Carvalho de Moura, Ana Paula Alves Adão, José Ricardo Marques Branco e como suplente Sandra Santos Gonçalves.”

Não havendo intervenções, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, apurando-se o seguinte resultado: dez votos expressos na Lista A e doze votos expressos na Lista B.

Por aplicação do método d´Hont ao resultado da votação, foram eleitos os membros da Assembleia Municipal Acácio Gonçalves, José João Carvalho de Moura, João Carlos Moura Rodrigues e Hernâni Carvalho.

2.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos nos anos económico de 2021 e 2022. / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.5. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O senhor Presidente da Câmara apresentou a respetiva informação.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

26

2.6. Aprovação do Mapa de Fluxo de Caixa – Ano 2021;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: APROVADO por unanimidade.

2.7. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – primeira alteração modificativa ao Orçamento da Receita, primeira alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, primeira alteração modificativa ao Plano de Plurianal de Atividade e primeira alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos;

O Senhor Presidente da Câmara apresentou a alteração modificativa aos documentos.

Inscreveram-se para usar da palavra os membros José João Carvalho de Moura e Sandra Gonçalves.

O membro José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “É uma primeira revisão ao orçamento municipal já previsível e anunciada e os documentos apresentados para apreciação e votação demonstram o seguinte:

Primeiro – O saldo transitado da conta de gerência de 2021 para 2022, por falta de execução dos projetos de investimento, é de 2 milhões e 681 mil e 636 euros;

Estamos a falar de um superavit de 2 milhões e 681 mil euros num concelho que extraordinariamente o orçamento foi de 22 milhões 470 mil euros, com eleições autárquicas pelo meio. Isto corresponde a qualquer coisa como 12 por cento desse mesmo orçamento. Não é um valor despiciente. Não é um valor qualquer. Importa acima de tudo perceber de onde resulta este valor. O que é que ficou por fazer num concelho onde todos consideramos faltar tanto, já para não enumerar um conjunto de promessas por cumprir e obra por fazer, porque é uma listagem imensa, mas na realidade isto acontece por falta de execução orçamental. E isto é que importa questionar. Num ano difícil pandémico com restrições e proibições para toda a gente, principalmente para os empresários locais, levando a uma crise económica e social, com a consequente necessidade de intervenção de apoios sociais em tantas famílias e empresas, como é que se retém este valor e este dinheiro tão importante para tantas dessas mesmas situações?! É que não se pense que gerir bem a causa pública é ter os cofres cheios. É que gerir bem a causa pública é saber aplicar as verbas ao dispor das necessidades prioritárias da população e ter uma visão de investimento para um futuro coletivo, e esta realidade não tem acontecido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

27

Se é verdade que também não é gastar indevida e aleatoriamente numa espécie de regabofe dos dinheiros públicos, também é verdade que a intervenção social, as infraestruturas básicas, o investimento prioritário para captação de investimento e apoios ao empreendedorismo, não se coaduna com uma gestão somítica da lógica do deve/haver.

Segundo – O PSD não possui uma “máquina do tempo”, mas, na análise ao orçamento de 2022, já previa que este, mais tarde ou mais cedo, seria “desvirtuado” quando fosse conhecido o saldo de gerência de 2021. Saldos de gerência que constantemente têm promovido o município aos lugares de boa gestão financeira, mas que mais não são que a falta de capacidade de investimentos, que se traduzem em claros prejuízos para a economia local;

Terceiro - Por outro lado, importa perceber uma outra situação, que é: onde se destina prioritariamente esta verba?

Na aplicação dos 3 milhões, 684 mil e 729 euros, resultado do somatório deste superavit mais a transferência de capital da administração central de projetos cofinanciados - Norte 2020, gostaríamos de ver um reforço no apoio à economia afetada pelo COVID 19, bem como ao sector pecuário e agrícola, uma vez que os fatores de produção estiveram e estão sempre a subir, para já não falar da escalada progressiva nos combustíveis e essa não é vossa opção de investimento e integra parte das receitas no PPI na denominação funções sociais com a retificação do parque escolar e com um valor de 1 milhão 272 mil euros, para as escolas EB1/JI de Salto, Cabril e Centro Escolar. Ora Sr. Presidente, a escola EB1/JI de Salto é repetente nestes documentos e isso prova que é mais um ano a retificar as obras efetuadas anteriormente. Mais do mesmo. Isto levanta a dúvida da qualidade das mesmas e a ponderar no futuro a atribuição dos próximos ajustes diretos a empresas que garantam os seus serviços e empreitadas, pois com o dinheiro que foi gasto na escola de Salto, já dava para construir uma nova de raiz e mais eficiente para a freguesia e baixo Barroso. Nós PSD, não somos contra estas obras, antes pelo contrário, somos a favor da continuação da política de educação, pela remodelação dos edifícios do ensino básico e pré-escolar do concelho, que assenta na política de descentralizações iniciada pelo governo PSD/CDS-PP e que, entretanto, foi interrompida pela governação PS/PCP/BE. Somos sim, contra o sucessivo despesismo e falta de fiscalização do dinheiro público. Todavia, noutra rubrica, Habitação e serviços coletivos, verificamos que se não houvesse este superavit, as retificações dos edifícios Albino Fidalgo I e III, bem como no núcleo das minas da Borralha, e o abastecimento de água e saneamento de Ladrugães, iriam ficar dependentes de alguma sobra da almofada orçamental.

Quarto – Perante estes dados é natural que façamos comparações e atendendo aos orçamentos municipais dos nossos vizinhos como: Boticas - 13 milhões e 400 mil euros, Cabeceiras 21 milhões e 300 mil euros, Vieira do Minho 17 milhões e 540 euros, Ribeira de pena 21 milhões e 890 mil euros e Xinzo de Limia com apenas 8



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

28

milhões de euros, temos de colocar a pergunta no ar: como é que os outros fazem tanto com tão pouco?!!

Enquanto cidadão, constato que a confiança política está a deteriorar-se de ano a ano e, por ora, já pouco resta, para não dizer, nada resta.

Sendo assim e após a apreciação crítica sobre o exposto, os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre, abstêm-se na presente proposta, com a convicção de, no futuro, se poder aperfeiçoar as regras tidas por convenientes para a correta aplicação do princípio basilar da administração pública: o princípio da boa administração! Assinado, o membro da Assembleia Municipal José João Moura”.

A membro Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Gostaria de Questionar o nosso presidente da Câmara qual o valor estimado num orçamento de 27 milhões de euros para a captação de investimento e ao empreendedorismo? Qual o incentivo ao investimento privado e criação de emprego por parte de empresas privadas? Qual o valor estimado para travar a saída dos nossos jovens para os concelhos vizinhos e para as grandes cidades? Não vejo nestes documentos nada de novo, mais do mesmo como nos têm infelizmente habituado o partido socialista nas últimas três décadas. O concelho continua a definhar sem políticas ativas para travar o despovoamento.

O nosso presidente da câmara tem uma memória, pois o PSD apresenta propostas, tanto em reunião de câmara como nesta assembleia, todas chumbadas pela maioria socialista, que à posteriori são apresentadas à má moda socialista desvirtuando a ideia original.

Espero que reforcem o saneamento nas aldeias, pois é um serviço básico, que influencia a qualidade da água, das terras e da vida das populações em geral. E, mais uma vez questiono o nosso presidente sobre o facto do saneamento de Salto não estar a funcionar devidamente, sendo que continuam as descargas para o rio? Qual o problema da nova ETAR? Vão acionar a garantia da obra?

Os deputados da bancada socialista deveriam estar mais preocupados em questionar o poder local que é o que executa e gasta os milhões a seu belo prazer em obras mal-executadas ou sem utilidade e não a oposição que vem aqui fazer o seu trabalho, ao expor os diversos problemas do concelho exigido a resolução dos mesmos. Os deputados da oposição estudam os documentos que lhes são fornecidos e com base nesses documentos escortinam e questionam o executivo, é compreensível que a bancada socialista não faça o mesmo, pois são coniventes ao aprovarem sem questionar e muitas vezes sem ler, como por exemplo, aprovam regulamentos “irregulares” e medidas que têm sido desastrosas para o concelho. Assinado, o membro da Assembleia Municipal Sandra Gonçalves.”

Deliberação: APROVADO por maioria, com doze abstenções dos membros José João Carvalho de Moura, Ana Francisca Martins, Sílvia Carneiro, Bárbara Matos, José



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

29

Ricardo Branco, Sandra Gonçalves, Ana Paula Adão, Manuel Carrelo, Acácio Gonçalves, Alívio de Freitas, António Cascais e José Acácio Gonçalves.

2.8. Isenção de Taxas Municipais para o ano 2022 – Proposta;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para usar da palavra o membro José João Carvalho de Moura.

O membro José João Moura entregou o seguinte documento á Mesa: “Considerando os termos da proposta apresentada relativamente à isenção de taxas municipais para o ano de 2022, os deputados do PSD na Assembleia Municipal de Montalegre consideram que:

- 1) Na apreciação política que fazemos desta proposta, embora concordamos com a medida de isenção das taxas municipais, consideramos que, deveriam ser adotadas outras medidas de apoio ao sector empresarial, de forma a contribuir com mais desenvolvimento económico local e coesão social para o concelho;
- 2) Mais uma vez, os deputados eleitos pelo PSD denotam indolência por parte do executivo municipal, pois não se vêem apoios ao empreendedorismo, nem se aposta na competitividade do município;
- 3) Os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre nesta proposta, sempre foram coerentes nas suas decisões, e reiteramos sempre que se podia ir mais além, com a implementação de outras medidas extraordinárias de apoio, conforme constam nas atas das sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de Montalegre n.º 3 de 2020 e n.º 2 de 2021. Como medidas extraordinárias de apoio dá-mos exemplos: Facilitação de processos de licenciamento; Campanhas com vouchers de oferta/desconto para compras na Restauração e no Comércio local; Crowdfunding – com a atribuição a fundo perdido a sócios gerentes das micro, pequenas e médias empresas, empresários em nome individual e trabalhadores independentes do concelho que necessitem de um apoio suplementar para retomar ou manter a sua atividade em funcionamento; Atribuição de vales de desconto no alojamento local; Isenção das taxas municipais de licenciamento em investimentos que criem postos de trabalho; Reforço do apoio financeiro a todos os produtores pecuários, especialmente os da raça Barrosã e ovinos e caprinos; assim como, a isenção do pagamento da derrama, entre outros, que permitam assim mitigar o impacto da crise num tecido empresarial muito fragilizado.
- 4) Não acompanhamos a atual situação fiscal que é defendida pela maioria, existindo espaço orçamental para uma desoneração fiscal das famílias e empresas, melhorando assim a qualidade de vida de todos aqueles que vivem e trabalham no concelho.
- 5) Nesta conformidade, os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre consideram que, embora a proposta tem um impacto positivo, o executivo municipal poderia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

30

adotar medidas que abrangessem toda a população e empresas e assim constata-se que é mais uma oportunidade perdida de melhorar a qualidade de vida dos Montalegrenses e de melhorar os índices de sustentabilidade e emprego para o concelho.

Face ao exposto, o voto dos deputados eleitos pelo PSD de Montalegre é abster-se face à proposta apresentada. Assinado, o membro municipal José João Moura.”

Deliberação: APROVADO por maioria, com doze abstenções dos membros José João Carvalho de Moura, Ana Francisca Martins, Sílvia Carneiro, Bárbara Matos, José Ricardo Branco, Sandra Gonçalves, Ana Paula Adão, Manuel Carrelo, Acácio Gonçalves, Alívio de Freitas, António Cascais e José Acácio Gonçalves.

2.9. Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ 2021 – Para conhecimento;

O Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.10. Prorrogação do prazo para a concretização da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social – Decreto-Lei n.º 23/2022 de 14 de fevereiro – Proposta;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para usar da palavra o membro José João Carvalho de Moura.

O membro José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre vêm justificar o seu voto favoravelmente à proposta de prorrogação do prazo para a concretização da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social nos seguintes termos:

1. O PSD Montalegre nesta questão sempre foi firme e claro, conforme demonstram as atas da Assembleia municipal n.º 1, 2 e 3 de 2019, ao abster-se, por considerar que este processo de transferência de competências não era um processo claro, pois não se conheciam os respetivos envelopes financeiros associados às competências a assumir, bem como os meios necessários à sua concretização.

2. Sendo assim, responsabilmente e na defesa dos interesses da autarquia e da população, consideramos que não se encontram reunidas as condições para que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

31

Município possa assumir as competências no domínio da Ação Social, por considerar que este processo de transferência de competências continua a suscitar dúvidas relativamente às matérias a transferir, e dada a escassez de informação e de estudos nesta fase, que permitam aferir os impactos das novas competências”.

3. De sublinhar ainda, que esta prorrogação é possível graças aos apelos de vários autarcas sociais-democratas, para se adiar, mais uma vez, o processo de transferência obrigatória desta competência para o próximo ano, porque consideram não ter condições para aceitar as áreas a descentralizar, e sobretudo quando ainda não existe um Orçamento de Estado (OE) aprovado para 2022.

4. Continuamos a defender que a descentralização só pode ser atingida quando for cumprido integralmente o n.º1 do art.º 236º da Constituição da República Portuguesa que define que “No continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas” e este processo de imposição de transferências de competências vai agravar as desigualdades existentes com consequências negativas e minarão a universalidade do acesso das populações aos serviços públicos e às funções sociais do Estado.

5. Face a todo o exposto, os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre, votam a favor da presente proposta, que prevê a não assunção da transferência das competências, no domínio da Ação Social até 1 de janeiro de 2023. Assinado, o membro da Assembleia Municipal José João Moura.”

Deliberação: APROVADO por unanimidade.

2.11. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, destinado a limpeza das bermas, valetas de diversas vias públicas, manutenção de rede primária e secundária, mosaicos de gestão de combustível;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para usar da palavra o membro José João Carvalho de Moura.

O membro José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Abstemo-nos em relação a este pedido de apoio financeiro de 50.000 euros à União de freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, porque o pedido não é acompanhado de qualquer orçamento discriminativo, e isso é recorrente, conforme demonstra a ata n.º 1 correspondente à Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 26 de fevereiro de 2021. Nós defendemos que deveria haver um reforço dos orçamentos das juntas de freguesia, de modo a evitar estes pedidos recorrentes e subservientes, mas não podemos passar um cheque em branco, quando não há descritivo dos projetos alocados, tornando assim o controle impossível, e nem permite avaliar se o valor do subsídio é excessivo ou insuficiente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

32

Defendemos também que estes apoios devem ser dados de acordo com critérios pré-definidos, considerando o mérito e as necessidades de cada entidade; o Executivo do Partido Socialista utiliza apenas critérios políticos na atribuição destes subsídios, o que permite depois a discricionariedade, a falta de regra e escrutínio. Votamos Contra a abertura de um processo de contratação de serviços de produção de conteúdos informativos e de promoção de eventos do município na radio, no valor de 74988 euros, pelo período de 3 anos; antecipamos que este contrato se destinara a financiar a atividade da Rádio Montalegre, como acontece há muito tempo, através da empresa INFORBARROSO; para nós, a Rádio Montalegre é um órgão de informação tendencioso, com ligações e dependências ao PS Montalegre, que por esse motivo não deve ser financiado por dinheiros públicos.

Manifestámos a nossa preocupação como os impactos negativos no nosso concelho dos três parques eólicos que estão previstos para o concelho de Baltar, do outro lado de Sendim, e da linha de alta tensão que liga os parques à subestação do Salas, nomeadamente em termos de ruído e de obstáculos ao parapente; pedimos um ponto de situação ao Presidente, que se recusou a fornecer as informações pedidas, limitando -se a dizer que os interesses do nosso concelho estão a ser defendidos.

Abstivemo-nos em relação à venda definitiva dos lotes nº 7,8 e 9 do Loteamento Industrial de Salto, por dúvidas em relação à legalidade da operação: por um lado, defendemos o apoio à atividade económica e à criação de emprego, que nos casos elegíveis deve traduzir-se, entre outros, na redução do preço dos lotes; por outro lado, não há fiscalização e os regulamentos municipais de venda de lotes industriais não são cumpridos, como acontece no caso em apreço;

O regulamento prevê que o preço de cada lote por m² seja de 3,5 euros/m² se forem criados ou mantidos entre 5 e 10 postos de trabalho diretos e permanentes e de 8 euros/m² se esses postos de trabalho forem menos de três;

No caso, a empresa compromete-se a criar seis empregos e a Câmara propõe-se vender os 5 357 m² dos três lotes a 3,50€/m², quando deveria vender um lote pelo valor de 3,50€/m² e os outros 2 lotes pelo valor de 8,00€/m²; portanto, parece-nos que há aqui um benefício irregular para a empresa estimado em 16.060,50€. Assinado, o membro da Assembleia Municipal José João Moura."

Deliberação: APROVADO por maioria, com doze abstenções dos membros José João Carvalho de Moura, Ana Francisca Martins, Sílvia Carneiro, Bárbara Matos, José Ricardo Branco, Sandra Gonçalves, Ana Paula Adão, Manuel Carrelo, Acácio Gonçalves, Alívio de Freitas, António Cascais e José Acácio Gonçalves.

2.12. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Sezelhe e Covelães, destinado à Equipa de Sapadores Florestais 04-118;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

33

Inscreeveram-se para usar da palavra os membros António Cascais, Lúcia Araújo Jorge e José João Moura.

O membro António Cascais reconheceu o mérito desta proposta e justifica que não se vai associar à votação do seu grupo parlamentar por razões pessoais que se prendem com o conhecimento de causa que tem.

Fez um reparo ao Presidente da União de Freguesias de Sezelhe e Covelães porque a proposta vem insuficiente. A Brigada de Sapadores tem argumentos suficientes para serem trazidos à Assembleia e convencerem o executivo na atribuição deste subsídio. Na carta deveria vir referido que existe uma brigada que serve as ex-freguesias de Sezelhe e Covelães com quatro aldeias e que se dedica à limpeza da área de baldio. Esses funcionários são pagos pela Junta de Freguesia, e perante isto, a junta utiliza meios em serviços que competem à autarquia, nomeadamente a limpeza das quatro aldeias. Essa brigada é utilizada rotativamente uma semana por mês em cada uma das aldeias. Funcionam com eficiência e isso reflete-se no bem estar dessas aldeias.

Perante isto, vota a favor pois trata-se de um bom serviço às populações.

O membro Lúcia Jorge propôs que a Câmara dê esse apoio a todas as equipas florestais pois todos prestam serviço público, digno de reconhecimento e os fundos que vem do ICNF são insuficientes.

O membro José João Moura disse que subscreve na totalidade o que o membro Lúcia Jorge referiu. O seu grupo parlamentar absteve-se porque na documentação que acompanha o pedido de subsídio não vem informação absolutamente nenhuma. Desconhecem para que efeito e onde vai ser alocada essa verba.

Deliberação: APROVADO por maioria, com nove abstenções dos membros José João Carvalho de Moura, Ana Francisca Martins, Bárbara Matos, José Ricardo Branco, Sandra Gonçalves, Ana Paula Adão, Acácio Gonçalves, Alívio de Freitas e José Acácio Gonçalves.

2.13. Pedido de cedência de uma viatura para dar apoio à Junta de Freguesia de Ferral;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: APROVADO por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

34

2.14. Pedido de cedência de uma viatura para dar apoio à União das Freguesias de Vilar de Perdizes Meixide;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: APROVADO por unanimidade.

2.15. Pedido de cedência do Recinto Motor, sito na Rua do Teixeira em Sidrós, Ferral, pela Associação Amigos da Misarela pelo prazo de trinta anos – Para conhecimento;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveram-se para usar da palavra os membros José João Carvalho de Moura, António Cascais e Aníbal Ferreira.

O membro José Carvalho de Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Acerca da cedência do recinto motor à Associação Amigos da Misarela levantou-nos muitas dúvidas relativamente a 2 princípios, o da equidade - pois há um favorecimento claro de uma associação comparativamente aos resto dos munícipes; e em segundo lugar o princípio da legalidade - pois o recinto motor, vulgo quadro elétrico, será para abastecer corrente elétrica a um bar pertencente à dita Associação e questionamos se o mesmo tem em ordem as Licenças de autorização e de ocupação de espaço público. Não tendo sido claro a explicação de todo este processo nós votamos contra este pedido. Assinado, o membro da Assembleia Municipal José João Moura”.

O membro António Cascais referiu que se diz que esse Recinto Motor se situa na Rua do Teixeira em Sidrós, mas pela informação que obteve, nesse local, não existe lá nenhum quadro elétrico.

Perguntou porque é que a associação não faz como qualquer outro atividade e se há algum impedimento. Se for lá instalado um espaço comercial, que tenha necessidade de instalação elétrica, é assim que procede, pergunta. É necessário dar exclusivo a essa associação por trinta anos, questionou.

O membro Aníbal Ferreira esclareceu a confusão que se fez em torno da cedência por parte da Câmara do Recinto Motor situado na Rua da Misarela, que por lapso do Google maps, aparece como Rua do Teixeira. Trata-se do pedido de uma associação opara dar fim ao seu propósito de servir a população a título gratuito, contribuindo para a divulgação e zelo da cultura e património histórico do Baixo Barroso e em particular pela ponte da Misarela. Este ponde de energia elétrica será muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

35

importante para, por exemplo, aquando do evento associado à Ponte da Misarela, surgir a necessidade de “alimentar” todo o equipamento elétrico e eletrónico necessário tecnicamente para a realização do referido evento. Até aqui estavam dependentes da boa vontade de alguns patrocinadores (EDP e consórcio das obras da EDP na Misarela) que cedia a título gratuito esses equipamentos. Uma vez terminada a obra, tiveram que proceder ao aluguer de geradores para assegurar o evento. Portanto, o propósito principal desta cedência do recinto motor é o benefício público, promovido pela Associação Amigos da Misarela, estando a mesma a cumprir religiosamente os seus estatutos, enriquecendo, preservando e divulgando o património cultural associado à mítica Ponte da Misarela.

Deliberação: APROVADO por maioria, com dez votos contra dos membros José João Carvalho de Moura, Ana Francisca Martins, Bárbara Matos, José Ricardo Branco, Sandra Gonçalves, Ana Paula Adão, Acácio Gonçalves, António Cascais José Acácio Gonçalves, Alívio de Freitas e com duas abstenções dos membros Sílvia Carneiro e Manuel Carrelo.

2.16. AMAT – Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2022 – Para conhecimento;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções

A Assembleia tomou conhecimento.

2.17. CIMAT – Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022 – Para conhecimento;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.18. EHATB – Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022 – Para conhecimento;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

36

A Assembleia tomou conhecimento.

2.19. Contrato de Consórcio Externo Entre as Partes – Centro de Investigação de Montanha do Instituto Politécnico de Bragança – CIMO-IPB, ADRAT – Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega, AQUAVALOR – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água – Associação, CMB – Câmara Municipal de Boticas e CMM – Câmara Municipal de Montalegre – Para conhecimento.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: APROVADO por unanimidade.

3 – Intervenção do Público.

Não houve intervenções.

ATA

Pelas doze horas e quarenta e dois minutos, nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi colocada à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia de que estava terminada a discussão da ordem do dia e deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

O 2º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas